



Sob o Olhar de Reis e de Imperadores ■

Documentos da Torre do Tombo relativos à Administração Luso-Chinesa de Macau durante a Dinastia Qing

A assinalar o 25.^o aniversário das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China foi inaugurada, no passado dia 14 de Dezembro, no Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), em Macau, uma exposição de documentos sobre as relações históricas entre Macau, Portugal e a China ao longo de três séculos.

O projecto da exposição é da autoria de António Viana, estando também a montagem a cargo da



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

técnica da Torre do Tombo, Sónia Domingos.

Presentes na cerimónia estiveram, entre outras individualidades, representantes oficiais da República Popular da China, o cônsul-geral de Portugal em Macau, Embaixador Pedro Moitinho de Almeida, o presidente do Instituto Português do Oriente e

comunicação entre o Procurador Português do Senado e os Mandarins da Administração Imperial Chinesa, sobre os mais diversos assuntos da vida política, social, comercial e religiosa de Macau. A parte desse fundo de «chapas», agora apresentada, pretende ilustrar os termos do que se pode chamar a administração luso-chinesa de Macau sob a autoridade da Dinastia Qing.

A exposição mostra 47 documentos originais, naquela que é a primeira apresentação pública fora de Portugal deste valioso espólio (27 de origem chinesa e 20 de origem portuguesa), dois retratos a óleo originais representando D. João VI e D. José I, e reproduções dos Imperadores Qialong e Kangxi. Está patente ao público na Galeria de Exposições Temporárias do IACM, em Macau, até 23 de Janeiro de 2005. [r]

comissário da exposição, Professor Doutor António Vasconcelos de Saldanha, e o director-geral do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Professor Doutor Pedro Dias.

O IAN/TT conserva mais de 2.000 documentos, as chamadas «chapas síncas», resultantes do processo de



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

v i s e u

Novas instalações para o Arquivo Distrital de Viseu ■

Na presença de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Bens Culturais, foi celebrado, no passado dia 5 de Novembro, um protocolo entre o Ministério da Cultura, através do IAN/TT, representado pelo seu Director, Prof. Doutor Pedro Dias, e a Câmara Municipal de Viseu, repre-

sentada pelo seu Presidente, Dr. Fernando de Carvalho Ruas.

Neste protocolo estabelecem-se as bases de cooperação com vista à construção de um novo edifício, para instalar o Arquivo de Viseu, na Quinta da Cruz.

Para o efeito, a Autarquia cede,

a título definitivo, uma parcela de terreno com a área de cinco mil metros quadrados.

O novo Arquivo Distrital será dotado de um espaço especialmente destinado a acolher e a tratar o património do Arquivo Municipal. [T]

l e i r i a

Campanha para sensibilização para arquivos empresariais ■

Na sequência de um contacto do Arquivo Distrital de Leiria junto à Nerlei – Associação Empresarial da Região de Leiria, foi lançada uma campanha de sensibilização junto de todas as empresas suas associadas.

O objectivo principal da campanha é alertar as empresas para a mais valia de possuírem arquivos organizados que se assumam como instrumentos que permitam a recuperação eficaz da informação e auxiliem na tomada de decisão. Simultaneamente é lançado o alerta para a preservação dos seus fundos documentais, tornando-os núcleos históricos, que sirvam como estratégia de marketing e de prestígio das empresas e permitam a futura investigação sobre a dinâmica económica da região.

O Arquivo Distrital de Leiria poderá fazer consultoria técnica, ou receber, em moldes a protocolar, fundos arquivísticos das empresas interessadas. [T]

Reformulação do *web site* do Arquivo Distrital de Leiria ■

O ADLRA procedeu à reformulação do seu *website* no sentido de disponibilizar um maior número de informações, recursos e serviços via *Internet* de forma a que se desenvolva uma maior interacção da instituição com o cidadão.

A reformulação do *website* foi orientada pelas directivas de avaliação periódica dos sites dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001 de 27 de Fevereiro. A curto prazo estarão disponíveis um conjunto de serviços *on-line*, como seja: pedido de certidões, pedido de cartão de leitor entre outros. Estes vão permitir a efectiva interacção do utilizador com os serviços do ADLRA. Consulte a nossa página em: <http://adleiria.iantt.pt> [T]



150 anos de Imprensa regional: d'O Leiriense à actualidade ■

Decorreu nas instalações do Arquivo Distrital de Leiria a exposição subordinada ao tema "150 anos de imprensa regional: d'O Leiriense à actualidade". A mostra integrou o programa de comemorações dos 25 anos do Instituto Politécnico de Leiria, e visou fomentar a reflexão sobre o futuro da imprensa e do seu papel no desenvolvimento regional. Esta exposição, baseada na vasta colecção de jornais do Arquivo Distrital de Leiria, serviu de base à investigação elaborada pelos alunos do curso de Comunicação Social e Educação Multimédia da Escola Superior de Educação de Leiria. [T]

PROGRAMA DE APOIO À REDE DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

arquivo municipal de vila real

Com o apoio do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, no âmbito do PARAM - Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, o Arquivo Municipal de Vila Real foi inaugurado por Sua Excelência o Secretário de Estado dos Bens Culturais, no passado dia 26 de Novembro.

Sito na Rua Augusto Rua, n.º 3, 5000-575 Vila Real | Tel. 259308100 | Fax 259308161 | Horário: de 2.ª a 6.ª, das 9 → 12h30 e das 14 → 17h30.

Director: Dr. Pedro Peixoto

Da História, para a História ■

O edifício novecentista recuperado pelo Município de Vila Real, para funcionamento do Arquivo Municipal, encerra um equipamento dotado dos mais modernos requisitos técnicos ao nível da arquivística.

A circulação no edifício faz-se através de dois circuitos, o *circuito técnico documental* e o *circuito de acesso público*, distinguindo de forma clara e funcional as diversas valências do edifício.

Equipados com 1325 metros lineares de estanteria compacta de alta qualidade, material e funcional, os depósitos do Arquivo Municipal asseguram as condições de equilíbrio físico ideais para o acervo documental.

Dotado de modernas funcionalidades em termos de triagem, higienização e conservação básica de documentos, o Arquivo Municipal garante a perdurabilidade no tempo da memória de Vila Real, ao assegurar as condições óptimas de controlo de temperatura, luminosidade e humidade relativa, sem descuidar a segurança contra incêndios e intrusão.

Com áreas técnicas amplas, o edifício oferece condições excelentes para o desenvolvimento das operações técnicas necessárias, seja para o cumprimento da sua valência de arquivo definitivo, seja para a prossecução das operações de pré-arquivagem.

Com um projecto informático criteriosamente aplicado, o Arquivo



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

Municipal encontra-se apetrechado para olhar de frente os novos desafios, colocados por uma arquivística moderna que, contextualizada pela Ciência da Informação, pretende atingir patamares elevados de utilização do digital, desde o tratamento técnico à disponibilização de informação ao público.

Consciente do seu papel na intervenção cultural do Município, o novo edifício conta com uma sala de leitura de oito lugares, quatro dos

quais com disponibilização de *Internet* de banda larga e com uma sala de formação com dezasseis lugares, que oferece todas as condições para uma aprendizagem exigente e um forte enquadramento na Sociedade da Informação.

Desenvolvendo a sua actividade ao nível da intervenção em todo o ciclo documental, o Arquivo Municipal tem à sua guarda documentação desde o ano de 1515, data do Foral Manuelino considerado pelo Ministério da Cultura como “Peça de Valor Excepcional” até à actualidade, sendo que dos fundos documentais à sua guarda, se incluem ainda séries documentais como as de “Actas”, “Registo de

leis e ordens régias”, “Registo de conhecimento das sisas” e “Registo de Expostos”, consideradas como “Séries de valor excepcional”.

No cruzar do passado com o presente, o Arquivo Municipal fixará documentalmente a nossa vontade em deixar aos vindouros um Concelho mais próspero.

Dr. Pedro Chagas Ramos

Vice - Presidente da Câmara Municipal de Vila Real

O Livro dos Livros da Real Biblioteca ■



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

A 4 de Novembro de 2004, decorreu no auditório da Torre do Tombo a apresentação, em Portugal, de *O Livro dos Livros da Real Biblioteca*, feita pela autora, Prof.^a Lília Schwarcz.

Na ocasião, Lília Schwarcz recordou, sentidamente, os tempos de investigação passados neste Arquivo, juntando peças de um “puzzle”, até ao dia em que encontrou, no maço 279 do Ministério do Reino, resposta para muitas das dúvidas colocadas em torno da Real Biblioteca.

Trata-se de uma carta de Alexandre António das Neves, dirigida ao Rei, na qual o bibliotecário da Ajuda, recorda que “*dos muitos caixões de livros pron-*

tos para o embarque, nem um só chegou a recolher-se do cais para bordo”, mas também faz saber que “*nem um só livro ou papel foi tirado destas Reais Bibliotecas pelos franceses*”.

Desfaziam-se as dúvidas: a Real Biblioteca havia sido preservada intacta e só fora transportada para o Rio de Janeiro entre 1810 e 1811. É esta biblioteca, constituída por mais de 60 mil volumes nos quais se incluíam obras raras, que D. João VI volta “a abandonar”, em 1821, quando regressa a Portugal. No Rio de Janeiro ficou todo aquele riquíssimo acervo bibliográfico e documental que, com a independência da colónia em 1822, se converte na Biblioteca Imperial do

Brasil e que é hoje “a mais antiga das Bibliotecas Nacionais da América”.

O Livro dos Livros da Real Biblioteca é uma iniciativa editorial, resultante de uma parceria entre a Fundação da Biblioteca Nacional do Brasil e a Odebrecht, empresa brasileira do ramo da engenharia civil, construção, química e petroquímica.

O livro está dividido em duas partes. A primeira trata de um texto introdutório intitulado “ajuntar livros, uma tradição da monarquia portuguesa” e que resume a história comum dos dois países – Portugal e Brasil.

A segunda encontra-se dividida em cinco secções – iconografia, cartografia, música, manuscritos e obras raras-, onde são reveladas mais de 500 obras e que reflecte a estrutura e riqueza da própria Biblioteca Real.

Na cerimónia de lançamento, o Director do IAN/TT falou sobre a importância dos Mecenas, como pólos dinamizadores da cultura. Das palavras proferidas pelo Director da Odebrecht foi possível constatar a importância e envolvimento que os Mecenas Brasileiros desempenham, na vida cultural do País.

Dos Mecenas, da sua importância e da necessidade de revisão legislativa, falou a Secretária de Estado das Artes e Espectáculos, Dra. Teresa Caeiro, a encerrar a cerimónia. |r|



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

Genealogia e Heráldica – Fontes documentais da Torre do Tombo para a História do Brasil ■

No dia 4 de Novembro, ao fim da tarde, a Secretária de Estado da Cultura, Dr.ª Teresa Caeiro, inaugurou na Sala de Exposições do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo a exposição temporária *Genealogia e Heráldica - Fontes documentais da Torre do Tombo para a História do Brasil*, patente ao público até 31 de Janeiro de 2005, com entrada gratuita. Na ocasião, o Director-Geral do IAN/TT, Prof. Doutor Pedro Dias, fez questão de salientar o interesse cultural e a oportunidade desta mostra e do respectivo catálogo que visam divulgar junto do grande público alguns documentos menos conhecidos do seu acervo relacionados com a História Política e Social do Brasil, tendo aliás manifestado o seu desejo que a mesma possa oportunamente ser vista em solo brasileiro.

Limitada a 54 documentos originais da Torre do Tombo e cobrindo um longo período que vai do início do século XVI até aos primeiros anos



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

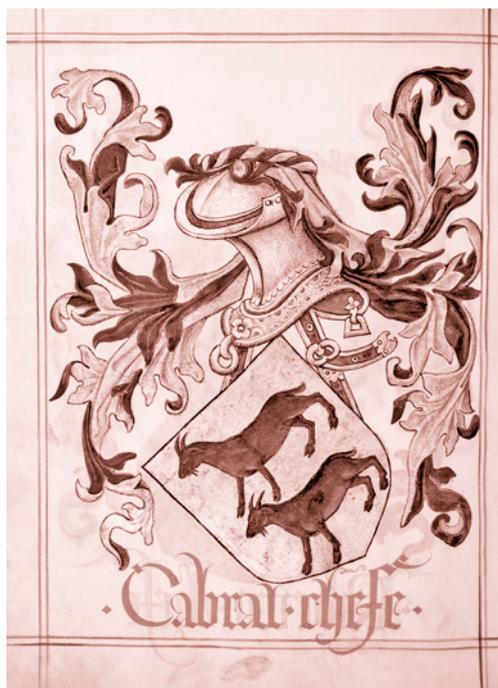
do XX, esta exposição pretende sobretudo revelar, através de documentos heráldicos e genealógicos, um pouco da história plurissecular dos brasileiros.

A mostra abre com uma magnífica iluminura de 1504 do mais antigo códice da coleção da Leitura Nova, o *Livro 1 da Estremadura*, ostentando as armas e a empresa do Rei D. Manuel I, e termina com o Tratado de Paz e Aliança assinado em 1825

entre o Imperador D. Pedro I do Brasil e seu pai o Rei D. João VI de Portugal, no qual constam as armas do 1.º Imperador do Brasil. Para além de uma descrição inédita do século XVII da descoberta oficial do Brasil e de vários documentos sobre Pedro Álvares Cabral e a sua família, encontram-se expostos: a carta náutica seiscentista de João Teixeira Albernaz (seleccionada para cartaz da exposição por ser inédita e dar especial relevo à América do Sul e ao Estado do Brasil); sete notáveis armoriais da Torre do Tombo (dois dos princípios do século XVI, dois do XVII e três do XVIII); várias

genealogias manuscritas sobre algumas das principais famílias brasileiras da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo; diversos processos de habilitação para o Santo Ofício, para as Ordens Militares de Cristo e de Santiago e para servir nos lugares de letras; bem como processos de justificação de nobreza, registos de cartas de brasão, duas cartas de brasão de armas originais, etc., tudo sobre cidadãos brasileiros e personagens ilustres que se distinguiram na construção deste grande país irmão. O penúltimo documento exposto consiste na carta de lei de 13.5.1816, através da qual D. João VI deu armas ao recém-criado Reino do Brasil (o Estado do Brasil foi elevado a Reino pelo mesmo soberano a 16.12.1815) e incorporou num só escudo real as armas de Portugal, Brasil e Algarves.

Foi comissário desta exposição e autor do respectivo catálogo o Dr. Luís Filipe Marques da Gama, assessor principal do IAN/TT. Esta iniciativa contou com a colaboração da Associação dos Amigos da Torre do Tombo, da construtora brasileira Odebrecht e da empresa Portugal Telecom. [T]



Brasão de Armas do chefe da linhagem dos Cabrais, 1506-1509

Biblioteca Pública de Évora ■

Uma Instituição Bicentenária com os Olhos no Futuro

A Biblioteca Pública de Évora (BPE) cumpre simultaneamente duas missões: enquanto biblioteca patrimonial e de investigação geral, empenha-se na recolha, salvaguarda e divulgação de um rico património documental; enquanto biblioteca pública, trabalha no sentido de facilitar o acesso da comunidade local à educação, à informação e ao conhecimento, e ainda à recreação e lazer.

A BPE, que em 2005 celebra 200 anos de existência, foi fundada pelo Arcebispo Frei Manuel do Cenáculo, um clérigo poderoso, generoso e culto, uma das figuras de maior relevo do Iluminismo Português. Presentemente, a BPE orgulha-se de ser uma das mais antigas e mais ricas bibliotecas de Portugal, o que é inquestionável no que diz respeito às suas colecções. Elas são hoje o resultado de um conjunto de circunstâncias que juntaram numa cidade, numa instituição e num espólio unificado uma grande riqueza de documentos raros, muitos deles únicos.

O espólio da BPE inclui 664 incunábulos e 6.445 livros impressos do século XVI, para além de vários núcleos de documentos manuscritos, de cartografia, música impressa e mais de 20.000 títulos de publicações periódicas. A BPE é desde 1931 beneficiária do Depósito Legal, o que tem contribuído para a sua riqueza e abrangência em termos de bibliografia corrente, ascendendo as suas colecções a mais de 612 mil volumes.

A BPE atrai muitos investigadores da Universidade de Évora e, na realidade, de todo o país. É igualmente muito visitada e os seus serviços solicitados por investigadores e curiosos de todo o mundo. A sua localização, no coração do Centro Histórico, junto ao Templo

Romano e à Catedral, e a riqueza das suas colecções contribuem para fazer da BPE um dos elementos essenciais de Évora enquanto Património Mundial.

Serviços

Os principais serviços prestados pela BPE são os seguintes:

- Referência, informação e aconselhamento;
- Leitura presencial em três salas distintas: Leitura Geral, Cimélios e Hemeroteca;
- Reprodução de documentos em diversos formatos;
- Programas de promoção e animação cultural.

Colecções

Os documentos que actualmente constituem as colecções da BPE têm as mais variadas proveniências, de acordo com as vicissitudes da sua já longa história. Ao fundo inicial doado pelo fundador, constituído por cerca de 25.000 volumes impressos e manuscritos, foram-se acrescentando doações e sendo feitas incorporações. Das primeiras destaca-se a doação feita por Cunha Rivara (1809-1859), das segundas, as sucessivas incorporações provenientes dos conventos, como resultado das perseguições às ordens religiosas durante o século XIX e princípio do século XX. O Depósito Legal é desde 1931 o principal e quase único meio de desenvolvimento das colecções da BPE.

As colecções patrimoniais da BPE são importantes fontes para estudos nos mais diversos campos científicos, como bem o atestam muitíssimas publicações - nos diversos campos da História e Cultura Portuguesas, mas também para os Estudos Musicológicos, Antropologia, e Literatura, entre outros - que utilizam como fonte documentação da BPE.

Os números que se seguem são quase todos aproximados:

- Número de volumes: 612.346;
- Títulos de publicações periódicas: 20.000;
- Periódicos correntes: 4.400;
- Número de manuscritos: 120.000;
- Incunábulos: 664;
- Música impressa: 691;
- Cartografia: 656.

Certas obras específicas ou núcleos têm merecido especial realce por parte de alguns estudiosos.

O fundo primitivo doado pelo fundador, constituído por cerca de 25.000 volumes impressos e manuscritos, com algumas obras únicas, de que se destacam:

- *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, 1505-1508 (cópia do século XVIII).
- *Roteiro da Viagem que D. João de Castro fez a Primeira vez que foi à Índia no ano de 1538*, anterior a 1538.
- *Roteiro dos Portos, Derrotas, alturas, cabos (...) que à per toda a Costa desd'o Cabo de Boa Esperança até o das correntes*, de Manuel de Mesquita Perestrelo, 1576.
- *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* de António Bocarro, escrito em meados do sec. XVII.
- 6 livros de horas e o precioso códice iluminado, em pergaminho, *Forma Sive ordinatio Cappellae [...] principis Henrici Sexti regis Angliae et Franciae [...] que foi mandado copiar do original inglês pelo rei D. Afonso V.*

O fundo Cunha Rivara é constituído pelos seus manuscritos e espólio particulares, além da extensa documentação acerca da Índia Portuguesa, designadamente cópias dos Livros das Monções.



O **Fundo Manizola** ou do Visconde da Esperança é formado por impressos e manuscritos adquiridos pelo estado em 1955.

Os **Fundos de Iconografia e Cartografia** são compostos por centenas de exemplares dos séculos XVI a XIX.

Incunábulos. Em número de 664, dos quais se destacam:

- **Livros impressos no século XVI.** Num total de 6445, impressos em Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Áustria, Bélgica, China, Holanda, Inglaterra, Japão, Polónia e Suíça;
- **Reservados.** Núcleo que compreende livros impressos nos séculos XVI a XVIII, raros e, em alguns casos, únicos;
- **Novos Reservados.** Inclui 1485 espécies raras, impressas nos séculos XVII a XIX;
- **Legados de manuscritos** de Florbela Espanca e Maria Amália Vaz de Carvalho.

Comemorar com os olhos no futuro

Raras são as instituições que se podem alguma vez orgulhar de ultrapassar os 200 anos de vida! Se considerarmos o mundo das bibliotecas, e particularmente o das bibliotecas portuguesas, este círculo exclusivo fica ainda mais reduzido. A Biblioteca Pública de Évora é uma destas bibliotecas, e em 2005 orgulha-se de celebrar o seu bicentenário.

Os 200 anos da Biblioteca Pública de Évora oferecem-nos assim um pretexto para assinalar e fixar para a posteridade os momentos mais marcantes desta já longa e nem sempre fácil caminhada. Mas são também uma oportunidade excepcional para traçar caminhos se não para os próximos 200 anos pelo menos para aquele horizon-

te que a nossa condição humana permite antever e tentar planear.

As Comemorações dos 200 anos da Biblioteca Pública de Évora terão um impacto simultaneamente nacional e local.

Sendo uma das mais antigas e mais importantes bibliotecas do país, albergando um espólio com características singulares (que inclui espécies raras e únicas no Mundo), a Biblioteca Pública de Évora tem uma acção e um impacto que ultrapassam em muito o concelho, o distrito e a região, tendo mesmo um papel significativo na promoção da cultura portuguesa no mundo. Por outro lado, não será de mais destacar o seu papel na cidade e no concelho de Évora, que procura servir em termos de biblioteca pública, satisfazendo necessidades nas áreas de informação, educação, cultura e lazer.

As Comemorações dos 200 anos da Biblioteca Pública de Évora deverão igualmente procurar atingir todas as camadas da população do concelho, com um destaque especial para as crianças e jovens, cativando-as para a sua utilização. A população adulta bem como os estudantes de todos os graus de ensino serão igualmente chamados a esta celebração e à exploração crescente de um tesouro riquíssimo de informação e conhecimento que têm à sua disposição e que tantas vezes lhes passa despercebido.

A Biblioteca Pública de Évora comemora o seu bicentenário em circunstâncias muito especiais. Numa altura em que se antevêem mudanças significativas num futuro próximo (que passam inclusivamente pela mudança para novas instalações), é essencial que a par de um olhar para os sucessos e as dificuldades do tem-

po passado, se procure vislumbrar e escolher entre as hipóteses de futuro.

Contrariamente a certos augúrios, as circunstâncias actuais são muito propícias para as bibliotecas dado o valor que cada vez mais as sociedades actuais atribuem à informação. Mas isto acarreta enormes responsabilidades para todos os que têm nelas algum tipo de influência, pois das decisões tomadas no presente depende muito do que as bibliotecas públicas poderão vir a fazer, ou não fazer, na sociedade da informação e do conhecimento.

O programa das comemorações, que terão o seu início em Março de 2005 prolongando-se por doze meses, está neste momento em fase de elaboração, e traduz-se num conjunto de iniciativas enquadradas pelos princípios atrás expostos.

Estas actividades assumem formas muito diversificadas. Entre outras terão lugar diversas conferências, exposições, concursos, publicações, espectáculos de teatro, cinema e música, e inauguração de novos serviços.

Um tão vasto programa só é possível por contar com o apoio de diversos organismos, entre os quais se destacam, a nível local, a Câmara Municipal de Évora, a Universidade de Évora, a Delegação Regional do Alentejo do Ministério da Cultura e o Governo Civil do Distrito de Évora, e a nível nacional, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, a Biblioteca Nacional e a Fundação Calouste Gulbenkian.

José António Calixto

Director da Biblioteca
Pública de Évora

O Arquivo da Siderurgia Nacional ■

Em 30 de Junho de 2003, foi outorgado entre a Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, e o Estado Português através do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, representado pela sua Directora, o Auto de Doação do Arquivo da Administração da Siderurgia Nacional de que aquela empresa era proprietária.

A 18 de Outubro de 2004, o IAN/TT, procedeu à incorporação do Arquivo da Administração da extinta Siderurgia Nacional.

A parte correspondente ao arquivo técnico da Siderurgia irá ser objecto de prévia avaliação, sendo incorporado posteriormente.

O arquivo, agora incorporado, é composto maioritariamente por documentação de carácter financeiro e contabilístico de 1943-1992; Actas do Conselho de Administração – 1954-1975; Actas da Comissão de Fiscalização – 1977-1990; Actas das Assembleias Gerais – 1942-1958; Livros dos corpos

gerentes (diferentes datas); Relatórios de avaliação económico/financeira da Siderurgia Nacional – 1990-1994; contratos, acordos e protocolos com entidades nacionais e estrangeiras sobre diferentes matérias e para diferentes datas; acordos de financiamento nacional e estrangeiro (diferentes datas); escritura da constituição da Siderurgia Nacional e seus registos; alvarás; acordos de accionistas; despachos confidenciais; correspondência com entidades diversas, entre outros. Trata-se de um importante acervo documental para o estudo da história da indústria em Portugal a partir da década de 40, até finais da década de 90, passando por diversas fases, desde a sua criação em 31 de Dezembro de 1954, como Siderurgia Nacional, sob forma de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (data da publicação dos respectivos Estatutos); passando pela década mais próspera de 1964-1973.

A Siderurgia Nacional surge, assim, como factor-chave no desenvolvimen-

to da indústria metalúrgica nacional, até à nacionalização em 1975, pelo DL n.º 205 F/75 e DL n.º 853/1976 de 18 de Dezembro, com estatuto de empresa pública. Alterações das condições políticas económicas e sociais, conduziram à reprivatização da Siderurgia Nacional, processo que decorreu entre 1992 e 1997 – o processo iniciou-se pelo DL n.º 255/92 de 20 de Novembro de 1992 e concluiu-se, através da resolução do Conselho de Ministros n.º 54/97 de 31 de Março de 1997.

A actividade da Siderurgia Nacional, revestiu-se de uma enorme importância para a história económica de Portugal, o que faz do seu arquivo um acervo único para o conhecimento da política de planeamento económico, da história da indústria portuguesa, da organização empresarial e do trabalho e da história da tecnologia portuguesa.

Maria José Fidalgo

Chefe de Divisão de Arquivos
Intermédios

Aquisições Recentes ■

Foi recentemente adquirida a seguinte documentação:

Cartas de armas, caixa 2, n.º 10 – 1576.05.14 – Lisboa

Carta de brasão armas de João Cabral, morador em Barcos, filho de Francisco Cabral, neto de Catarina Cabral e bisneto de Isabel Álvares Cabral, dada por Portugal Rei de Armas Principal, e que consta de campo de prata e duas cabras pretas passantes, paquife, elmo e timbre, e por diferença uma cotriça azul frimbrada de ouro. *Escrivão Diogo de São Romão. Perg., iluminado. 358x3481mm.*

Cartas de armas, caixa 2, n.º 11 – 1510.10.03 – Lisboa

Carta de brasão de armas de Diego da Cunha, fidalgo da Casa Real e morador em Montemor-o-Novo, filho de Vasco da Cunha e neto de Vasco Fernandes da Cunha, que consta de: em escudo de ouro, 9 cunhas azuis em pala. Carta dada pelo Portugal Rei de Armas Principal. *Escrivão da Nobreza: arauto Pêro Fernandes. Perg., iluminado. 395x571mm.* Nota: Rasgão na parte inferior do escudo

Cartas de armas, caixa 2, n.º 12 – 1697.05.09 – Lisboa

Carta de brasão armas de Bernardo Osório Freire, filho de

João da Fonseca Osório e de Ana Osório de Miranda, neto paterno de Manuel da Cunha de Miranda, bisneto de Julião da Cunha de Miranda, terceiro neto de Diogo da Cunha, dada por Portugal Rei de Armas Principal, e que consta de campo de ouro nove cunhas de azul postas em três palas e por diferença um trifólio verde, elmo de prata guarnecido de ouro, paquife dos metais e cores das armas, timbre um grifo nascente de ouro, carregado com as cunhas das armas. Carta passada pelo Principal Rei de Armas Portugal Manuel Soares. *Escrivão José da Rocha. Perg., iluminado. 435x611mm.*

Cartas de armas, caixa 2, n.º 13 – 1604.05.04 – Lisboa

Carta de brasão armas de António de Queirós, morador em Valadares, filho de Pedro de Queirós e de Brianda Soares. Carta passada pelo Principal Rei de Armas Portugal. *Escrivão da Nobreza: Baltasar do Vale Cerqueira. Perg., iluminado. 455x645mm*

Maria José Mexia Bigotte Chorão

Assessora Principal de Arquivo

O Mosteiro de S. Vicente de Fora ■

O mosteiro de S. Vicente foi fundado por D. Afonso Henriques, em 1147.

Alguns anos após a sua fundação, passou a ser habitado por Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Ficou sujeito à autoridade apostólica e sob a sua protecção, gozando de isenção relativamente à jurisdição do bispo de Lisboa. O prior apresentava o cura da paróquia de S. Vicente, sediada na capela de S. Julião, e os curas e reitores das igrejas de S. Julião do Tojal, de S. Cucufate de Vila de Frades e de S. Vicente de Cuba, de S. Julião da Guarda, de Santa Ana de Pousada, de S. Vicente de Castelo Mendo, bem como o ermitão de Nossa Senhora da Peninha, na serra de Sintra, e de S. Saturninho, junto ao cabo da Roca.

Administrou um hospital, situado em edifício próximo. A certos cónegos estavam confiados os ofícios da conrearia, da sacristia, da capela, do hospital, da enfermaria, da vestiaria, e da pitançaria.

As sorores de S. Vicente, professavam e tomavam o hábito diante do prior, prometendo viver sob a Regra da Ordem de Santo Agostinho e na obediência do mosteiro, e estavam sujeitas a uma priora. Tinham por juiz o bispo de Lisboa. Podiam viver nas casas do mosteiro, recebiam uma ração diária, tal como os cónegos, ou viviam em suas casas, segundo a mesma Regra. Faziam doação dos seus bens ao mosteiro, usufruindo do rendimento em vida, e podiam administrá-los com procuração do prior. Os seus documentos foram conservados junto com a restante documentação do mosteiro.

Em 1538, aderiu à reforma de Santa Cruz de Coimbra e, em 1540, foi unido à Congregação do mesmo nome.

Em 1612, foi-lhe anexado o mosteiro de Santa Maria de Oliveira, no arcebispado de Braga.

No século XVII, as pessoas reais passaram a ser sepultadas em S. Vicente de Fora, tendo havido troca de alguma correspondência entre o paço e o mosteiro.

Em 1742, foi novamente reformado e, de 1772 a 1790, esteve unido ao mosteiro de Mafra. Em 1790, foram-lhe restituídos os bens e rendimentos e, em 1792, foi-lhe entregue o edifício de Lisboa. Os documentos produzidos pelo mosteiro de Mafra, relativos a S. Vicente, foram integrados nos respectivos livros e maços.

Em 1793, foi estabelecido no mosteiro o ensino de francês, grego, latim, aritmética, geometria e física experimental, teologia dogmática e moral, filosofia racional e retórica. Em 1794, passou a administrar os bens e rendimentos dos extintos mosteiros do Salvador de Moreira, de Santa Maria de Landim, de S. Miguel de Vilarinho, de Santa Maria de Vila Boa do Bispo e de parte dos bens de S. Jorge de Coimbra, todos da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, cujos documentos foram transferidos e depositados em S. Vicente. Os mais antigos, foram objecto de trabalho dos alunos da aula de Diplomática, instituída na Torre do Tombo (1801-1817).

Foi extinto em 1834, e os seus bens tomados pela Fazenda Nacional.

Os livros e documentos dos citados mosteiros foram enviados para o edifício do convento de S. Francisco da Cidade. Em 1836, a 10 de Maio, foram incorporados no

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em execução da Portaria de 1 de Março.

O fundo do mosteiro compreende 154 livros, 40 maços da 1.^a incorporação e 33 caixas da 2.^a incorporação, com datas situadas entre 1162 e 1834.

Contém documentos relativos ao mosteiro, aos religiosos, à paróquia, às igrejas anexas, às relações com a Santa Sé, com o bispo de Lisboa, com a Congregação, com a Câmara da cidade.

Contém também documentos respeitantes

ao património situado nas diferentes freguesias de Lisboa

e seu termo, em Sintra e seus arredores, em Almada e seus arredores, no concelho de Alenquer, em Santarém, em Montemor-o-Novo, perto de Beja, na Guarda e em Castelo Mendo.

Inclui documentos das capelas e sepulturas e as séries de Livros de foros e foreiros, de Prazos antigos, de Livros de notas, de Livros dos títulos extravagantes, de Tombos de demarcação, de Livros novos, de Reportórios de bens e foros, de documentos de Receita e despesa, de registo das decisões tomadas pelo prior e conciliários, de Documentos relativos à Quinta da Abelheira. Inclui ainda dois contratos entre os reis e os arcebispos de Braga, dois Livros de registo de óbitos e a Crónica de S. Vicente, destinada ao cartório.

(*) CRSA, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 2.^a incorporação, cx. 6, n.º 88.

Fátima Dentinho do Ó Ramos
Assessora de Arquivo

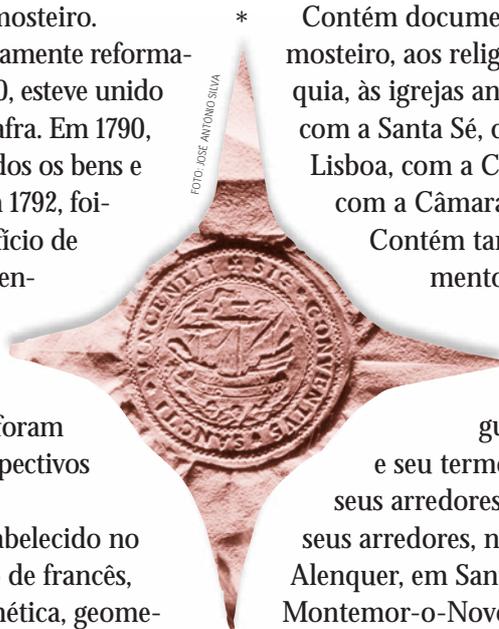


FOTO JOSÉ ANTONIO SILVA

A Bíblia dos Jerónimos ■

Nas Instalações da Torre do Tombo decorreu, no passado dia 9 de Dezembro, o lançamento do livro intitulado *A Bíblia dos Jerónimos*, da autoria do Professor Doutor Martim de Albuquerque e do Monseñor Arnaldo Pinto Cardoso, com fotografia de Massimo Listri, e editado pela parceria Bertrand – Franco Maria Ricci.

O evento foi presidido por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José da Cruz Policarpo, que fez a apresentação da obra.

Trata-se do estudo histórico e da análise do texto de uma preciosa bíblia, do século XV, em velino, composta por sete volumes, comentada por Nicolau de Lira, notável teólogo quatrocentista, e finamente lavrada e iluminada, na oficina do florentino Vante Gabriel de Attavante, de onde haviam já saído as mais importantes realizações da iluminura renascentista italiana, tais como as Bíblias do Duque de Urbino e numerosas obras destinadas a Matias Corvino, rei da Hungria.

Pertença do rei D. Manuel I, que ciosamente a conservou no seu guarda-roupa, foi pelo monarca legada aos monges Jerónimos do Mosteiro de Belém, ficando desde então conhecida por Bíblia dos Jerónimos. Aquando das Invasões Franceses, foi levada para França pelo general Junot e restituída a Portugal, em 1815, por inter-



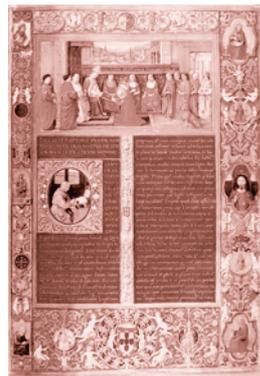
FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

venção do rei Luís XVIII, que a adquiriu à viúva. De volta ao Mosteiro, que a recebeu com manifestação de grande regozijo, aí permaneceu até à extinção das ordens monásticas, transitando, em consequência das disposições então tomadas, sucessi-

vamente, para o Banco de Lisboa e para a Casa da Moeda. A sua passagem por instituições vocacionadas para a guarda e interesse de valores materiais, enquanto tal, é por si só já demonstrativa do apreço que a mesma merecia. Mas a Bíblia dos Jerónimos transcende o seu eventual preço. É uma obra que se inscreve na cultura universal, pelo que a sua morada só poderia ser uma casa de cultura. Assim, terá sido entendido. Em 1835, passou a integrar o acervo deste Arquivo, constituindo desde então o seu maior tesouro. Expostos ao público, a partir da data do lançamento da obra e ainda durante o mês de Janeiro, estão os sete volumes da Bíblia. Integra também a mostra o Livro das Sentenças de Pedro Lombardo, encomendado na mesma época e igualmente proveniente da oficina dos Attavanti. |tr|



1.ª Conferência Internacional de Arquivos Empresariais ■

Decorreu em Famalicão, nos dias 28 e 29 de Outubro de 2004, a 1.ª Conferência Internacional de Arquivos Empresariais, subordinada ao tema “Arquivos empresariais: da gestão quotidiana à memória histórica”. A organização esteve a cargo do Núcleo de Estudos de História Empresarial do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (<http://historia.empresarial.fe.unl.pt>), visando criar um espaço de reflexão sobre os arquivos de empresa. Para

além de diversos oradores portugueses, foi possível contar com a presença de arquivistas de Espanha, França e Inglaterra, que apresentaram os diferentes desafios que os arquivos de empresas colocam aos profissionais da informação, desde o momento da implementação de sistemas de arquivo nas empresas, até à sua integração em serviços culturais especializados.

O IAN/TT esteve representado institucionalmente por Pedro Penteado (Director de Serviços de Arquivísti-

ca) que moderou uma sessão, por Joana Braga Sousa (técnica superior de arquivo, e até então membro representante do IAN/TT junto do NEHE) e a título individual por Rosa Bela Azevedo (Directora do Arquivo Distrital de Setúbal).

Aguarda-se a publicação das actas desta 1.ª Conferência para o princípio do ano de 2005.

Joana Braga Sousa

Técnica Superior de Arquivo

Arquivos e Tecnologias da Informação e da Comunicação ■

Realizou-se entre os dias 15 de Novembro e 3 de Dezembro, em Paris e integrado no “Stage theories et pratiques archivistiques”, o curso subordinado ao tema “Archives et technologies de l’information et de la communication”. A organização esteve a cargo do Ministério da Cultura e da Direcção dos Arquivos de França, e contou com a participação de 17 arquivistas representantes do Canadá, Espanha, Itália, Brasil, Bulgária, Roménia, Tunísia, Eslovénia, Marrocos, Georgia, Senegal e Portugal.

As instituições envolvidas neste encontro e que apresentaram soluções desenvolvidas e aplicadas na gestão de documentos em ambiente electrónico foram a Direction des Archives de France, Archives National, Ministère de la Justice, Ministère des Affaires Étrangères, Ministère de la Culture et de la Communication, Bibliothèque National de France, Centre des Archives Contemporaines, Centre des Archives d’Outre-Mer, Archives Départementales des Yvelines, Cabinet Juridique Pierrat, Hôpitaux Universitaires de Genève, Archives de la Ville de Genève, a Sociedade CDC – Zantaz, GESTAR – Solution Documentaires (Québec), Agence pour le Développement de l’Administration Électronique – ADAE e a Universidade de Michigan (EUA). As intervenções tiveram como ponto fulcral a produção e a organização dos arquivos em novos suportes e a sua informatização, donde se concluiu que existe uma preocupação generalizada em integrar a função arquivo no campo das aplicações informáticas das instituições, com o desenvolvimento paralelo de instrumentos normativos reguladores dessas mesmas aplicações. A utilização conjunta da EAD e das normas de descrição arquivística ISAD (G). A necessidade de assegurar que os metadados contribuam para a integridade, autenticidade e fiabilidade dos documentos no seu ciclo de vida.

No cenário actual da “ciberadministração”, salientou-se a urgência em sensibilizar os órgãos governamentais para o estabelecimento de referências legislativas coerentes em matéria de gestão integrada de documentação.

Paula Cristina Ucha

Técnica Superior Principal de Arquivo

2.º Congresso Nacional da ACEP ■

Decorreu no Instituto de Ciências Sociais e Políticas em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2004, o 2.º Congresso Nacional da ACEP-Associação de Comércio Electrónico em Portugal.

O IAN/TT esteve representado pelas técnicas superiores de arquivo, Elisa Gomes e Zélia Gomes. [T]

Incorporação ■

Documentação proveniente do Arquivo Histórico dos Hospitais Cívicos, num total de seis caixas, foi entregue ao IAN/TT, no dia 22 de Outubro, pela Dr.ª Anastásia Mestrinho Salgado, em representação do Coordenador dos Hospitais Cívicos de Lisboa, Professor Doutor Nuno Tornelli Cordeiro Ferreira.

Este conjunto documental será disponibilizado ao público após integração no fundo já existente. Dos documentos agora incorporados, com datas compreendidas entre os séculos XV a XX, fazem parte testamentos, cartas régias, alvarás, legados pios, portarias, plantas, entre outros. [T]

AGENDA

“Estudos Transmontanos e Durienses” – n.º 11 ■



340 páginas/il., PVP € 14,00

O Arquivo Distrital de Vila Real acaba de publicar o número onze da revista de cultura “Estudos Transmontanos e

Durienses” e que pode ser adquirida directamente na Instituição, através de requisição por via electrónica – www.adrvl.org.pt – ou nos serviços de publicações da Torre do Tombo.

A publicação, que saiu a público pela primeira vez em 1983, é dirigida pelo Director do Arquivo Distrital, Dr. Silva Gonçalves, e possui uma Comissão Científica da qual fazem parte os Professores Doutores Pedro Dias, Armando

Mascarenhas Ferreira, Fernando de Sousa, Jaime Ferreira-Alves, Luiz Vaz de São Payo e Joaquim Lima Pereira.

Deste número fazem parte os trabalhos *Vila Real no século XVIII*, de Fernando de Sousa e Silva Gonçalves; *O misterioso Fernão de La Plaçuela: Escudeiro de Vila Real*, de Luiz Vaz de São Payo; *Sugestão para a genealogia dos Carneiro Lopes de Medeiros (Casa da Laranjeira – Murça)*, de Paulo Reis Mourão; *Preciosidades transmontanas ao abandono: O caso do arquivo paroquial de São Lourenço de Lousa*, de Virgílio Tavares; *O despertar do deserto no distrito de Vila Real*, de Seródio Fernandes; *Contribuição para o estudo das olarias do Termo de Vila Real: Manuel Rodrigues, oleiro em Parada*, de António Dinis;

A capela de Santiago no Campo do Tabolado, em Vila Real, em meados do século XVIII, de Ana Maria Sousa Pereira; *A vegetação natural de Trás-os-Montes e Alto Douro*, de José Alves Ribeiro e Alberto Castanheira Diniz; *Achegas para um dossier de artistas e igrejas e capelas de Vila Real*, de Joaquim Barros Ferreira; *Penaguião: do ano mil e setecentos*, de Armando Palavras; *Memória do couto misto*, de José Enes Gonçalves.

Entretanto, encontra-se já em fase de preparação o número doze, para o qual está aberta a colaboração, através da publicação de estudos e trabalhos que abranjam, exclusivamente, a temática transmontana e duriense e estejam de acordo com os princípios orientadores da revista. [r]

Cartulário de D. Maior Martins ■

No dia 7 de Dezembro decorreu na Torre do Tombo a cerimónia de lançamento da edição facsimilada do Cartulário de D. Maior Martins, presidida pelo Senhor Secretário de Estado dos Bens Culturais.



O cartulário, códice ou volume em que foram transcritos documentos considerados importantes que importava guardar, pertenceu a D. Mor Martins, que foi abadessa do Mosteiro de Arouca, da Ordem de Cister, pelos anos de 1244 a 1279. Os documentos incluídos

neste códice vão do ano de 943 até 1274.

Espelho de um mosteiro e de uma época, contém doações feitas ao mosteiro pela Rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I e casada com Henrique I de Caste-

la, pelo rei D. Afonso III, bem como por muitos particulares que o dotaram com bens móveis e de raiz, legados com obrigações de celebração de actos de culto e orações pela alma do doador. Nele surpreendemos a vida da época, a fome provocada pelos maus anos agrícolas, a forma e tempos do pagamento dos foros, os pesos e medidas antigos, as escrituras de compra, troca, partilha, os documentos de natureza episcopal e pontifícia.

O códice é constituído por 87 fólios de pergaminho e 13 de papel, escrito a tinta castanha e vermelha. Datável entre 1251 e 1274, a língua predominante é o latim. Deu entrada na Torre do Tombo em 1856. [r]